



Conferência Software Livre – Expectativas e Realidades

Software Livre em fase de maior maturidade no sector académico, empresarial e na Administração Pública

Lisboa, 21 de Setembro de 2007 – A Conferência “*Software Livre – Expectativas e realidades*”, organizada ontem pela APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação juntou em Lisboa académicos, empresas e representantes de organismos governamentais para analisar e fazer o ponto da situação do *Software Livre* em Portugal. Luís Vidigal, membro da direcção da associação e coordenador da conferência, lembrou que a APDSI tem vindo a acompanhar este tema com interesse, tendo realizado já três anos um estudo sobre as oportunidades do *Open Source* em Portugal que importava actualizar com os desenvolvimentos entretanto reconhecidos em vários sectores da sociedade.

Entre os participantes marcaram presença, na perspectiva académica, a Universidade de Évora, Instituto Superior de Ciências do Trabalho, Ministério da Educação e ADETTI - Associação para o desenvolvimento das telecomunicações e técnicas de Informática. A perspectiva empresarial foi dada por representantes da Microsoft, IBM, Sun Microsystems e log, enquanto o painel da Administração Pública e a perspectiva legislativa e política foram apresentadas pelos representantes do ITIJ - Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, Programa e-Escolas e por um membro do grupo parlamentar do Partido Comunista Português.

O Eng. Luís Arriaga da Cunha abriu a conferência estabelecendo a ligação com o trabalho já feito pela APDSI nesta matéria, reportando a um estudo que tinha conduzido ainda em 2004, num período em que o *Software livre* era ainda pouco usado. Partindo de uma avaliação das razões do cepticismo das grandes empresas portuguesas face à adopção do *Open Source* como modelo de negócio sustentável, Luís Arriaga da Cunha aponta várias dúvidas que se levantam a nível da existência de alternativas “sérias”, modelos de negócio sustentáveis e contratos de manutenção e apoio, mas desmonta a maior parte dos argumentos apontando situações reais e dando exemplos concretos.

“Existem no *software livre* alternativas para as empresas com uma oferta de qualidade e com vantagens em relação a *software* proprietário”, garante o orador, admitindo que nos próximos tempos vai assistir-se a mais movimentos de mudança, embora defenda que as

migrações para *open source* têm de ser bem ponderadas e que uma das principais ameaças são mesmo os factores psicológicos da resistência à mudança.

Referindo-se ao “monoalfabetismo” informático que persiste no mercado doméstico e empresarial, porque os utilizadores estão presos a um só tipo de *software* no qual foram formados, o que surge como um entrave à diversificação das competências, Luís Arriaga da Cunha defende a coabitação de *software* livre e *software* proprietário como uma forma de ambientar o utilizador e encorajar uma gradual migração.

Luís Arriaga da Cunha terminou a sua intervenção com uma avaliação da posição do Governo em relação ao *software* livre, que considerou insatisfatória quanto à igualdade de tratamento entre *software* livre e proprietário, considerando que estes devem ser tratados em pé de igualdade, mas positiva quanto ao lançamento de algumas boas iniciativas, embora sem uma coordenação global perceptível.

Academia aposta em formação e investigação com *software* livre

No painel dedicado à perspectiva académica foi fácil perceber a mesma visão de maturidade do *software* livre como alternativa às soluções proprietárias, mas também o papel que a integração na comunidade de *open source* pode ter no desenvolvimento da formação e as oportunidades criadas a nível da Investigação e Desenvolvimento.

A Universidade de Évora, que assume a sua orientação para o *Software* Livre em termos de formação dos alunos e adopção de procedimentos internos – um projecto em curso - foi representada por Paulo Quaresma que sublinhou o reconhecimento pelo mercado da formação FOSS (*Free Open Source Software*) daquela instituição, assim como as parcerias bem sucedidas que a Universidade tem mantido com diversas empresas e entidades com a autarquia de Évora e em Espanha, com a Junta da Estremadura. O protocolo com a Junta da Estremadura deu mesmo origem ao Alinux, uma distribuição do *gnuLinux* que é actualmente usada nas Salas TIC das escolas portuguesas do ensino básico e secundário.

A aposta da Universidade de Évora no ensino do *Software* Livre tem vindo a dar frutos em termos de saídas profissionais mas também ao garantir um maior interesse pelos alunos no ingresso em cursos de informática, adiantou Paulo Quaresma perante a audiência.

Representando o Ministério da Educação, João Correia de Freitas, que liderou até Maio o CRIE – Equipa de Missão [Computadores, Redes e Internet na Escola](#), enfatizou a importância dos conteúdos pedagógicos em detrimento das ferramentas técnicas, considerando que a educação está aberta às melhores oportunidades mas que o mais importante não é o *software* e o *hardware* mas a preocupação pedagógica.

Embora o *software* livre seja usado em várias situações no âmbito da educação, como na plataforma de *e-learning* Moodle e nas Salas TIC, João Correia de Freitas defende que o modelo de apoio técnico ao *software open source* ainda não é sustentável neste sector, exemplificando que se um professor tiver um problema técnico tem mais dificuldade em obter respostas com *software* livre do que com *software* proprietário.

Também presente no painel, Sandro Mendonça, professor de Economia no ISCTE, dedicou a sua apresentação à questão das patentes, alertando para os crescentes pedidos de patentes pelas universidades portuguesas – que ultrapassaram as das empresas em 2006 pela primeira vez. O orador considerou que esta inversão pode conter riscos já que desvirtua o papel das universidades como locais de ensino e investigação, acrescentando ainda que não existe uma relação entre o aumento das patentes nas universidades e a criação de negócio e riqueza por aplicação dessas patentes, já que normalmente elas não são comercializadas.

O último orador do painel foi Paulo Trezentos, investigador da ADETTI, que aproveitou para fazer o balanço dos últimos dez anos no *Open Source*, recuando a 1997 quando organizou no ISCTE o primeiro evento de Linux em Portugal. Sublinhando que existe em Portugal uma indústria de *open source* com uma maturidade muito importante, Paulo Trezentos aponta os exemplos de empresas que foram criadas e que mantêm um crescimento económico, mas também a recente criação da ESOP – uma associação de empresas de *open source* que terá lançamento formal na próxima semana.

Paulo Trezentos não deixou de lado a apresentação da Caixa Mágica, uma distribuição de Linux produzida em Portugal a partir de um projecto de investigação que deu origem a uma empresa, sublinhando a importância da articulação de uma universidade com o mercado e da existência em Portugal de uma infra-estrutura competente capaz de desenvolver e dar suporte a produtos *Open Source*.

Do balanço feito Paulo Trezentos destaca também que actualmente o Governo português defende uma posição de neutralidade tecnológica mas adianta que espera que daqui a 10 anos aconteça o mesmo que se passa noutros países, onde se aplica uma diferenciação positiva na tentativa de equilibrar a situação face a uma empresa que detém 95% do mercado.

Empresas alinhadas com *open source*

No painel dedicado à perspectiva empresarial e aos modelos de negócio estiveram presentes representantes de duas das maiores empresas que alinharam a sua orientação para o *open source*, a IBM e a Sun, assim como uma empresa portuguesa do sector, a log e a Microsoft, normalmente posicionada do outro lado da barreira como a grande empresa de *software* proprietário.

Marcos Santos, responsável pela área de interoperabilidade da Microsoft em Portugal, defendeu que os dois modelos de desenvolvimento na indústria podem e devem coexistir e que em última análise o cliente final e as empresas são quem mais beneficia desta pluralidade, mas lembrou que os dois modelos estão a aproximar-se, com as empresas que tradicionalmente fazem desenvolvimento *de software open source* a adotarem modelos comerciais.

“Hoje a estratégia passa por construir pontes”, admite Marcos Santos, apontando vários exemplos de investimento em projectos de parceria que a Microsoft tem anunciado nos últimos anos com empresas de *open source*, como a Sun, e ainda iniciativas de interoperabilidade como a que foi desenvolvida com o Moodle.

Rogério Cristo, Senior IT Architect da IBM, defendeu as vantagens que o *open source* traz para o mercado em termos de liberdade de escolha, mas salientou as mais valias ao nível da inovação e da adopção de *standards* abertos, que asseguram a continuidade de projectos e aplicações mesmo que as empresas que os criaram deixem de existir, desde que a comunidade continue a ter interesse neles.

O orador apontou ainda números internos da IBM para exemplificar que a empresa não está só a evangelizar a adopção do *open source* mas a aplicar a mesma filosofia “dentro de casa”, onde mais de 3.500 servidores usam sistema operativo Linux, o que combinado com a adopção da plataforma em 30 mil *desktops* e o recurso a *software* de produtividade Lotus permite à empresa poupanças de mais de 10 milhões de dólares por ano.

O investimento que a Sun tem vindo a fazer no *software* livre e a promessa de migração rápida de todo o *software* da empresa para *open source* estiveram no centro da apresentação de José Gonzalez, da Sun Portugal. O responsável alertou ainda para a importância de formar os profissionais não apenas no desenvolvimento mas também no suporte de infra-estruturas *mission-critical* em *open source*, um aspecto fundamental para assegurar a adopção de soluções *open source* em aplicações críticas para o negócio das empresas.

José Gonzalez lembrou ainda que para a Europa a aposta no *Software Livre* pode ter uma importância muito grande, permitindo o desenvolvimento de empresas com menores barreiras e dando lugar ao encorajamento da criação de empregos e de novas PMEs.

Em representação da log, José Ruivo alinhou uma série de alternativas credíveis ao *software* proprietário na área de soluções empresariais, respondendo a uma velha questão de que nesta área não é possível encontrar *software* livre de qualidade. Refere porém que a “bandeira *open source*” não pode servir para qualificar todas as aplicações,

já que também aqui há boas e más práticas e que é necessário saber distinguir, o que levanta o desafio da certificação.

Administração Pública com exemplos de excelência

O último painel da manhã foi dedicado à perspectiva da Administração Pública e a perspectiva política, uma área vasta onde várias experiências estiveram em destaque, assim como sensibilidades em relação ao papel que o Estado deve desempenhar no apoio à promoção do *Software Livre* e também, de forma mais prática, à sua adopção na Administração Pública.

Mário Valente, do Instituto de Tecnologias de Informação da Justiça, sublinhou que no caso deste organismo do Ministério da Justiça a opção face ao *open source* passa por escolher a melhor solução para cada problema, seja ela de código proprietário ou aberto, mas que a necessidade de manter um controle total das aplicações e das competências na área da Justiça acaba por ditar a escolha do *software* livre.

Uma mensagem semelhante foi transmitida por Pedro Nunes, que actualmente se divide entre a estrutura da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, e a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, onde um dos projectos bandeira é a plataforma de interoperabilidade que sustenta a emissão do Cartão de Cidadão. Pedro Nunes defende que sempre que possível – dentro dos constrangimentos que existem quer para o *software* livre quer para o proprietário – a opção deve passar por adoptar *standards* abertos.

Um dos projectos mais mediáticos dos últimos meses na área das TIC esteve representado por Mário Franco, coordenador do Projecto e-escolas que prevê a entrega de computadores portáteis a mais de 500 mil alunos, professores e formandos do Novas Oportunidades no espaço de três anos. Depois de explicar a iniciativa, Mário Franco sublinhou que na génese deste projecto esteve sempre contemplada o princípio de dar aos alunos e professores a possibilidade de optarem por uma plataforma de *software* proprietária ou aberta, mas que a operacionalização desta liberdade de escolha não tem sido fácil, surgindo dúvidas e dificuldades técnicas que estão a ser trabalhadas.

“Há opção por uma certa neutralidade, mas não totalmente neutra [...] O projecto tem vindo a forçar para que estejam presentes várias alternativas”, sublinha. Mário Franco garante que a curto prazo deverão surgir ofertas no e-escolas com sistemas operativos *open source* mas que é preciso que as empresas e a comunidade se envolvam para que esta experiência seja positiva e sirva de promoção para a adopção do *Software Livre* de forma mais generalizada no mercado doméstico.

Para a conferência da APDSI Bruno Dias, deputado do PCP na Assembleia da República, trouxe também boas notícias com a data marcada para discussão no



Parlamento de uma resolução apresentada pelo seu partido para a adopção de *Software Livre* dentro de portas. Partindo de uma resolução que foi aprovada em 2004, e que recomenda a consideração da utilização de *software* livre na Administração Pública, o PCP propõe que a Assembleia da República analise num projecto em três fases a migração para aplicações de produtividade abertas e sistemas operativos em *open source*, dando o exemplo dentro da Administração Pública.

“O Parlamento pode e deve dar o exemplo, cumprindo as recomendações”, sublinha. A resolução já tem data de discussão plenária marcada para 4 de Outubro, mas a sua aprovação está naturalmente sujeita ao acordo dos partidos políticos representados.

Em todos os painéis da conferência foram levantadas várias questões pela assistência, relacionadas com modelos de negócio, aplicação do *open source* em áreas específicas e mesmo validação de questões legais, o que José Dias Coelho, presidente da APDSI, considerou muito positivo e revelador da importância deste tema. Luís Vidigal, membro da direcção da Associação e coordenador desta conferência apontou ainda a necessidade de se pegar em alguns dos temas para serem discutidos em mais detalhe e com maior espaço para debate, o que poderá motivar o surgimento de outros eventos nesta área.

As apresentações de vários oradores dos três painéis de debate vão estar disponíveis no sítio da APDSI (www.apdsi.pt) para consulta.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

APDSI
Associação para a Promoção e Desenvolvimento



da Sociedade da Informação

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal
Tel.: +351 212 949 606
Fax: +351 212 949 607
E-mail: secretariado@apdsi.pt
URL: <http://www.apdsi.pt>